

**SE É A TIA NASTÁCIA QUEM COZINHA, POR QUE O LIVRO É DE RECEITAS DA
DONA BENTA? TRABALHO E RACISMO NA COZINHA DOMÉSTICA**

FELIPE GOUVÊA PENA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

LUIZ ALEX SILVA SARAIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem à CAPES e ao CNPq o apoio concedido para a realização do estudo que originou este trabalho.

SE É A TIA NASTÁCIA QUEM COZINHA, POR QUE O LIVRO É DE RECEITAS DA DONA BENTA? TRABALHO E RACISMO NA COZINHA DOMÉSTICA

Introdução

As empregadas domésticas, majoritariamente negras, tratadas como “se fosse da família”, subordinadas às suas “benevolentes” patroas e restritas ao seu local de trabalho, a cozinha. Este é o cenário que se apresenta em vários momentos da vida cotidiana de uma sociedade racista, silenciando dimensões de exploração e marginalização. Tal análise pode ser ilustrada pela relação entre duas personagens do clássico infantil “Sítio do Picapau Amarelo”. O que chama atenção é que a relação de inferiorização, entre Dona Benta e Tia Nastácia, é encoberta pelo discurso da democracia racial que distancia os sujeitos, mas não deixa explícito o jogo de poder. Logo, é fundamental compreender que “a exclusão se processa não somente em termos do real, do concreto, mas do virtual, extrapolando o tempo e o espaço, aumentando o espectro em que a exclusão pode ser criada e reforçada” (Roso *et al.*, 202, p.79)

A partir desse argumento e com o intuito de problematizar um conjunto de relações raciais, o presente artigo teve como objetivo analisar como um grupo de sujeitos problematiza e constrói uma argumentação para responder a questão “se quem cozinha é a Tia Nastácia, por que o livro é da Dona Benta?”. Para tanto, foram abordadas donas de casa, empregadas domésticas e patrões de classe média alta da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O desenvolvimento do estudo está descrito nos tópicos abaixo, sendo eles: a argumentação teórica, a delimitação metodológica, a apresentação e análise dos resultados e as considerações finais.

Relações raciais: uma aproximação

Ao tratar do preconceito racial existente na sociedade brasileira, Rosa (2014) retoma uma discussão feita por Sansone (1996), que demonstra o processo de exclusão a que os negros estão sujeitos. Para o autor, os lugares vão influenciar o nível de discriminação a que os indivíduos estão subordinados, havendo, portanto níveis de aceitação ou não de acordo com as demarcações próprias e das relações que se estabelece em determinados lugares. Esse processo de “acolhimento” ou não, circunscrito em um emaranhado de comportamentos, tende a ocultar a existência de um preconceito diante da cor da pele. Em seu trabalho, Rosa (2014), ao evidenciar a inexistência de um debate das relações raciais no campo dos Estudos Organizacionais, recupera o argumento de Sansone (1996), em que o antropólogo denomina os diferentes espaços a que os negros estão sujeitos no Brasil.

Áreas duras: correspondem ao mercado de trabalho, o mercado do matrimônio e da paquera e a relação com a polícia. Nestes espaços o negro sofre maior discriminação, porque são espaços hegemonicamente brancos e onde a competição, a estética e o *status* deixam os negros em desvantagem (Rosa, 2014, p. 253).

Áreas moles: aqui a situação se atenua porque há mais negros, e isso tende a não ser um fator de surpresa, tampouco envolve a competição por *status* e poder. Trata-se dos espaços no domínio do lazer, como o botequim, o dominó, a torcida, a seresta, o forró, o papo com os vizinhos na esquina etc. São espaços onde ser negro não é um obstáculo (Rosa, 2014, p. 253).

Espaços negros: este lugar inverte a lógica das áreas duras. Aqui ser negro é uma vantagem. São o blocoafro, a batucada, os terreiros de umbanda e candomblé, as rodas de pagode e de samba, os grupos carnavalescos, a capoeira e etc. Lugares onde a cultura negra é a base das atividades que são desenvolvidas (Rosa, 2014, p. 253).

Rosa (2014) atesta que a atmosfera do lugar tende a alterar a percepção que as pessoas têm sobre as relações raciais e, por isso, ao refletir sobre as áreas duras, entendeu que é o espaço onde o “recorte” racial opera como maior força. Sansone (1996) descreveu muito bem essas áreas duras e os resultados de inúmeras pesquisas confirmam seus achados. O paradigma da desigualdade racial entre negros e brancos é reforçado por mecanismos e práticas racistas cotidianamente. Dessa forma, as “estratégias” de mobilização de inúmeros movimentos negros, tendem a generalizar as áreas duras como algo efetivo na vida no negro do Brasil, quando, na verdade, é possível indicar outros lugares que asseguram maior “flexibilidade” a essa população. Portanto, ao discorrer sobre relações raciais, é preciso entender o caráter contingencial, temporal e local, percebendo as diferentes influências que resultam no processo de segregação, sejam elas econômicas, culturais, sociais ou identitárias (Rosa, 2014).

É importante considerar ainda que algumas constatações podem, em um primeiro momento, suavizar a discussão, no sentido de que haveria certa “flexibilidade” e, portanto, o preconceito não seria algo tão grave. Porém, em momento algum este debate pode ser atenuado, afinal as consideradas “áreas duras” são justamente os espaços preenchidos por uma maioria branca, com maior possibilidade de mobilidade social e com posições socialmente legitimadas. Mesmo o país sendo farto em riquezas, vive-se em meio a grandes desigualdades: “daí o ‘país de contrastes’ em ‘dois brasis’ cujas ‘raízes’ nos remetem à ‘casa grande e senzala’, aos ‘sobrados e mocambos’, a um país tensionado entre ‘a palavra e o sangue’” (Cury, 2005, p. 7). Não é possível rejeitar as discussões relativas à cor, como se não houvesse nada a que ser debatido. Opor-se ao que se denominaria raça e a uma ótica de segregação inscrita nessa conceituação exige, *a priori*, que se percebam os significados que lhe são atribuídos e não mais seja ocultada essa discussão. Afinal, é imperioso problematizar a forma como se lida com as diferenças no Brasil, principalmente no que tange à raça, não sendo mais admissível reduzir a experiência humana em uma única essência, como se os contextos históricos e sociais a que determinados grupos foram submetidos não impactassem suas relações com o mundo (Apple, 2001).

Uma obra clássica que possibilitou uma reflexão sobre as relações raciais estabelecidas no Brasil é “Casa-Grande & Senzala” de Freyre (2003). O livro recupera vários pontos do que se pode compreender como a formação da sociedade brasileira e as condições históricas de relação entre negros e brancos. Porém, existem inúmeras críticas à obra. Além ter sugerido o discurso da democracia racial, que depois viria a ser taxado como mitoⁱ, percebe-se em diversos momentos da obra que o autor acaba “romantizando” o período escravocrata, deixando transparecer certo ar saudosista desses tempos, como evidenciado por Teixeira (2015):

Da escrava ou sinhama que nos embalou, nos deu de mamar, nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (Freyre, 2003, p. 367).

Independente do número de vezes que raça é associada a um conceito vazio, ela funciona como um marcador de desigualdade tão forte, que por vezes parece ser inerradicável a diferença social que foi imposta aos negros (Brah, 2006). Portanto, ao ser lançado o debate sobre as questões de raça, é primordial que se compreenda que não se trata de um conceito estável, sendo importante observar seus significados e a mobilização do discurso público. Como destaca Apple (2001, p. 62), “seria enganoso falar de raça como uma coisa, algo que é reificado, um objeto que pode ser medido como se fosse uma simples entidade biológica. Raça é uma construção, um conjunto inteiro de relações sociais”.

Souza (2005) problematiza o quadro de hierarquização da sociedade mediante a cor da pele ao afirmar que a “raça branca” é comumente relacionada a uma europeidade, a uma cultura de domínio dos desejos e das necessidades em favor de uma ordem e de um caráter disciplinador. Ao passo que a “raça negra” é inferiorizada diante de uma noção de “primitivismo” africano, engendrado em meio a valores ambíguos como a sensualidade e a força. Porém, criticando o texto de Florestan Fernandes, o autor deixa claro que não é possível afirmar que o racismo se dê unicamente por consequência de tal hierarquia, como se o transferisse como “resíduo” de uma ordem social de competição, pois

[...] a ordem competitiva também não é, como vimos antes, “neutra”, nesta dimensão do ponto de partida meritocrático, como parece estar implícito no argumento de Florestan. A ordem competitiva também tem a “sua hierarquia”, ainda que implícita, opaca e transparente aos atores, e é com base nela, e não em qualquer “resíduo” de épocas passadas, que tanto negro quanto brancos sem qualificação adequada são desclassificados e marginalizados de forma permanente (Souza, 2005, p. 60).

Mesmo diante das considerações pertinentes, o autor supracitado não nega a virulência do racismo, apenas busca reforçar o princípio formativo da discriminação. Como já dito, Hall (1999) contribui com a discussão ao afirmar que a raça é uma categoria construída ideologicamente como dimensão biológica, mas, como já revelado, é uma categoria discursiva. Diante do recorte epistemológico, enfatiza-se aqui a ideia de que o termo “raça” é geralmente aplicado a sujeitos “não brancos”. Esses usualmente não costumam ser nomeados, pois estão colocados em uma posição central, representando uma espécie de normatização humana. O adensamento do binário “branco/não-branco” instituído e reiterado busca silenciar práticas de inferiorização e estigmatização impostas aos negros nos mais diversos campos sociais (Teixeira, 2015).

Como já dito por Bourdieu (2012, p. 55), a censura mais radical que pode existir é a ausência. Portanto, torna-se necessário “considerar as taxas de representação (no sentido estatístico e no sentido social) das diferentes categorias (sexo, idade, estudos etc.), logo, as probabilidades de acesso ao local da palavra e, depois, as probabilidades de acesso à palavra, mensurável em tempo de expressão”. Nesse contexto é necessário um policiamento para que o “foco da branquidade” não seja tomado como uma desculpa que legitima o lugar central das vozes dominantes em detrimento dos testemunhos e das vozes daqueles sujeitos que tiveram ceifadas as suas vidas de alguma forma. Pois estes com seus corpos já calejados pelas marcas da exclusão, ainda sofrem com as relações de exploração e dominação (Apple, 2001; Brah, 2006). Destarte, o campo a divisão do trabalho começa a ser desenhado, demarcando assim os espaços de cada grupo. Questiona-se então, qual segmento ficou responsável com o trabalho doméstico? Preponderantemente, as mulheres negras.

A raça inscrita à cozinha

Ribeiro e Hanashiro (2016) pontuam que a classe trabalhadora jamais pode ser vista como um todo homogêneo, há distinções claras e fixadoras em relação às categorias gênero e raça. Em relação à primeira, Carneiro (2003, p.119) reforça que “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridas”, diversas percepções que ressoam em processos subjacentes aos confrontos que enfrentam os grupos. Todavia, alguns subgrupos possuem demandas peculiares e elas não podem ser encobertas pela mesma tentativa de homogeneização. As mulheres negras, como um exemplo a ser considerado, levantam pautas singulares ao critério da raça que “não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso” (Carneiro, 2003, p. 119). Logo, assume-se que a categoria “raça” rebaixa a categoria “gênero”, criando uma hierarquia social em que se estabelecem: os homens e mulheres brancos, e os homens e mulheres negras.

A divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos a partir da questão racial levaram Davis (2016, p.226) a pontuar que “um dos segredos mais bem guardados das sociedades capitalistas avançadas envolve a possibilidade – a real possibilidade – de transformar radicalmente a natureza das tarefas domésticas”. Ao voltar o olhar para as atividades de trabalho que são desenvolvidas no âmbito privado, a autora questiona os motivos que contribuem para que parte considerável das incumbências das donas de casa não seja incorporada à economia industrial. Em uma leitura preliminar, cabe pontuar que os papéis da mulher em uma sociedade patriarcal ganharam novos contornos com a formalização do trabalho doméstico, assumido em sua grande parcela pelas mulheres negras.

Pateman (1993) alerta para o fato de que o significado de “trabalho” nem sempre é o mesmo, já que depende da “conexão (suprimida)” entre os contextos do público e do privado. Nesse sentido, de modo geral, uma grande porção da proteção trabalhista ainda encontra-se corporificada no salário. Mesmo que com eventuais ressalvas, tal consideração deve ser observada, nem que seja para observar o prestígio que se concede a cada tipo de trabalho. O trabalho doméstico, a remuneração pode servir de critério para a qualificação de uma atividade, logo, a ausência de uma contrapartida financeira, institucionalizada no período escravocrata e repercutida em diferentes moldes na atualidade, atesta a alguns mecanismos de subordinação (Pateman, 1993).

Conceição (2009) pondera que a abolição da escravatura representou uma transição da condição de trabalho para a população negra. No entanto, o que terminou por se constatar foi a condição de informalidade e precariedade dos trabalhos. Os negros foram jogados à própria sorte uma vez que ainda dependiam de seus antigos senhores. As oportunidades eram mínimas e o trabalho doméstico acabava sendo a “solução”. Mesmo diante de um discurso de igualdadeⁱⁱ, não é possível se ter a ilusão de que, de um dia para o outro, aqueles que foram escravizados por tanto tempo teriam condições de competir por melhores trabalhos. A “liberdade” acabou favorecendo um contexto de desqualificação a um grupo que nunca teve a chance (real) de buscar sua redenção.

Davis (2016) afirma que, proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de suas casas do que as mulheres brancas. Esse gigantesco espaço que a dimensão do

trabalho ocupa hoje no cotidiano das mulheres negras é uma continuidade de um padrão que foi traçado já nos primeiros anos da escravidão. Como servas essas mulheres viam-se ofuscadas pelo trabalho compulsório a que estavam sujeitas e todos os demais aspectos de sua vida eram pormenorizados. Dessa forma, o ponto de partida para a condição de exploração das mulheres negras durante a escravidão, está relacionado ao conjunto de significados que foram sendo atribuídos ao seu papel enquanto trabalhadora. O sistema escravista decretava que os negros nada mais eram do que propriedade. Assim, já que as mulheres negras eram vistas como unidades de trabalho, assim como os homens, não seria falacioso dizer que para os senhores de escravo elas eram “desprovidas de gênero”, trabalhadoras em tempo integral e apenas ocasionalmente mãe, esposas e donas de casa (Davis, 2016).

Algumas questões foram sendo “institucionalizadas” na sociedade e um contexto de desigualdades foi se acentuando, começando na mais tenra idade. Alguns estudos apontam que as jovens mulheres negras, muitas ainda crianças, eram treinadas para exercer trabalhos domésticos e isso ocorre, mesmo que com certa diferença, ainda nos dias de hoje. É notório que em populações de baixa renda as meninas sejam socializadas para desempenharem os papéis da maternidade e do trabalho doméstico como algo normal, como caminhos já previamente traçados. Essa questão acaba por gerar atitudes e percepções que influenciam a definição (ou aceitação) de projetos de vida. Como dito por Neves (2013, p.409) e problematizado por Pena e Saraiva (2017), além do reforço familiar no processo de definição de papéis de trabalho conforme o sexo adiciona-se a “naturalização e a desvalorização dos processos de aquisição de competências que ocorrem fora das instituições formais”, o que termina por ser ainda mais ressaltado na vida das mulheres negras, já que a raça também é tomada como uma condição para deslegitimar o trabalho.

Existe um debate acerca dos termos “trabalhadoras domésticas” ou “empregadas domésticas”, como se o primeiro trouxesse uma dimensão profissionalizante e uma caracterização politicamente correta. Todavia, a tentativa de mudar o termo não equivale a uma mudança real de como tais trabalhadoras são vistos. Trata-se de “uma construção social do que é trabalhar em domicílios e que envolve várias outras dimensões relativas a identidades e alteridades. Há (res)-significações que são necessárias e que não perpassam unicamente pela mudança na nomenclatura a elas conferidas” (Teixeira, 2015, p. 50).

Teixeira (2015), em “As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas”, busca abordar os jogos de verdade a respeito dos sentidos do que é ser empregada doméstica no Brasil. Referenciando o trabalho de Revel (2005, p. 87), a autora indica que não busca descobrir uma verdade única, o correto seria dizer que seu trabalho trata da descoberta de “[...] regras segundo as quais aquilo que um sujeito diz a respeito de um certo objeto decorre da questão do verdadeiro e do falso” (Revel, 2005, p. 87). Para tanto, diante de uma série de referenciais, elencouⁱⁱⁱ alguns estudos que se debruçaram sobre o tema do que é ser empregada doméstica. Tais conceituações foram sistematizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Alguns sentidos do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira

(1) ser empregada doméstica é principalmente ser mulher e negra (não só no sentido estatístico do termo, mas como significado social);
(2) seguir as naturalizações de responsabilidades domésticas atribuídas ao que socialmente se constrói como sendo a mulher (Coronel, 2010; Saffioti, 2004; Pateman, 1993; Maziero, 2010) e como sendo a negra;
(3) ter históricas vinculações de sentido com o trabalho das escravas domésticas. Essa vinculação gera um sentido social negativo para o ser empregada;

(4) assumir uma ocupação que esteve à margem da formação do mercado de trabalho brasileiro, o qual ocorreu com base em dimensões de gênero, raciais, étnicas e econômicas;
(5) assumir uma continuidade típica de uma atribuição das responsabilidades domésticas às meninas das periferias e das favelas. As atividades domésticas nesses grupos sociais assumem o sentido de “[...] obrigação das crianças e ajuda para os adultos” (Bernardes, 1992, p. 28);
(6) representar um elo entre duas ou mais realidades socioeconômicas e culturais distintas: dos grupos sociais aos quais pertencem seus patrões e dos grupos sociais aos quais elas mesmas pertencem. É levar essas distinções para o interior das casas das famílias empregadoras e também para o interior de suas próprias casas, quebrando as barreiras pelo menos geográficas que separam esses distintos grupos;
(7) conviver com a ambiguidade entre o afeto e a desigualdade, assumindo o sentido simbólico de ser quase parte da família para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, ser cobrada pela postura de servidão e subalternidade. É “[...] estar sempre à disposição do outro ou da outra; implica fazer uma atividade qualquer do jeito que o outro ou a outra gosta; ser considerada naturalmente uma espécie de adivinhadora dos desejos dos (as) outros (as); a total disponibilidade de tempo” (Ávila, 2008, p. 68);
(8) embora haja mudanças importantes nas relações do trabalho doméstico e, em muitos casos, ocorra uma relação mútua de respeito entre patrões e empregados, ser empregada doméstica ainda é ser negada como sujeito e ser também negada como mulher (“[...] naquele espaço, só existe uma mulher, a dona da casa, e a outra é sistematicamente negada como mulher e como sujeito”, conforme Ávila (2008, p. 69);
(9) romper com a intimidade e a privacidade da vida familiar, sendo intimidade e privacidade dois discursos da modernidade que foram se incorporando à sociedade (Roncador, 2007);
(10) ser uma ameaça à integridade física e moral das famílias;
(11) necessitar de vigilância;
(12) ser considerada intelectualmente inferior;
(13) trazer consigo as heranças do período escravocrata no que se refere à sexualidade. Como as escravas podiam servir como objetos de prazer de seus senhores (Silva, 2007), as empregadas podem assumir socialmente o significado de ameaças a casamentos e de potenciais iniciações sexuais de adolescentes;
(14) assumir uma atividade naturalizada que não recebe socialmente o <i>status</i> de profissão. É ser considerada uma profissional de segunda classe (Coronel, 2010). Em geral, as próprias empregadas não se contrapõem a esse <i>substatus</i> , seja quando se mantêm nessa atividade ou quando buscam outras que seriam as verdadeiras profissões;
(15) figurar como a memória de outras domésticas. “No Brasil, a memória das babás faz parte da estética burguesa. [...] as pessoas de classe média e as pertencentes à burguesia têm memórias das suas babás e gostam de relembra-las [...] porque estas memórias são parte de seu <i>status</i> de classe” (Ávila, 2008, p. 69);
(16) assim, ser empregada doméstica vai além de ser uma personagem importante na manutenção das famílias (CORRÊA, 2007), como acontece quando as outras mulheres se inserem no mercado de trabalho formal; é ser parte mesmo do modelo socialmente construído de família burguesa no Brasil (Ávila, 2008).

Fonte: Teixeira (2015, p. 99).

Todos estes sentidos abarcados na análise sem dúvida contribuem para investigações a respeito do cotidiano destas mulheres e eles precisam ser trazidos para discussão no campo dos Estudos Organizacionais. No entanto, sem querer esgotar a análise dos dezesseis pontos, chama-se atenção para os que trouxeram a argumentação para as atividades realizadas na cozinha. Considerando as interseções entre gênero e raça, é fundamental atentar para o sentido instituído de que ser empregada doméstica – destaca-se a cozinheira, principalmente – é ser negra, avançando muito além de uma caracterização estatística e considerando o sentido social e simbólico dessa construção. Neves (2013) indica a presença majoritária de mulheres negras no segmento das empregadas domésticas, o que sugere a caracterização de um trabalho marcado por uma dupla discriminação, a de gênero e a de raça.

Cabe notar que no âmbito das relações cotidianas foi sendo instituída uma espécie de “cordialidade racial”, um tipo de tolerância limitada ancorada ao patrimonialismo e ao clientelismo nas relações sociais (Sales, 2006). Tal “cordialidade” referenciada por Sales (2006) e discutida em Pena e Saraiva (2017) é formulada para tentar encobrir a hierarquia de “castas raciais” estabelecidas em país ainda moldado pelas premissas da escravidão.

Tais vínculos cordiais são o produto de padrões de “sociabilidade que estabelecem uma reciprocidade assimétrica que, uma vez rompida, justifica a “suspensão” do trato amistoso e a adoção de práticas violentas. Ao falar de “complexo de Tia Nastácia”, Sales (2006) faz uma discussão interessante sobre o contexto de uma famosa personagem da literatura infantil, e que poderia também ser uma personagem desta pesquisa. Fazendo alusão à personagem de Monteiro Lobato, dos contos do *Sítio do Picapau Amarelo*, o autor indica que o termo é um reflexo exato das dimensões da cordialidade, do clientelismo e do patrimonialismo, pois tais questões recriam o discurso de que as empregadas domésticas são “quase da família”. O que o autor problematiza é que o “quase” nunca muda de configuração e abre espaço para tirar eventuais vantagens sobre a trabalhadora, mantendo-a com a sensação de que está “próxima da família”, mas não deixando de distanciá-la, concreta e simbolicamente (Pena & Saraiva, 2017, p. 96-97).

Logo, torna-se pertinente questionar as estruturas de castas de uma sociedade racista, que historicamente atribuiu aos negros às tarefas domésticas ditas inferiores (Barbosa, 2012) e que silenciou os interesses burgueses contidos em frases do tipo “como se fosse da família” (Teixeira, 2015). Conforme Souza (2005) para ir além das “aparências” e “ilusões objetivas” formuladas na vida cotidiana, é preciso suspeitar dos discursos legitimadores que as inúmeras instituições fazem sobre elas próprias, afinal, julgam-se como estruturas objetivas e de neutralidade absoluta, capazes de expressar pilares meritocráticos e uma suposta igualdade entre todos. Um debate antigo, mas ainda fundamental para a sociedade brasileira.

Aspectos metodológicos

Esta pesquisa foi Construída a partir de uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório (CRESWELL, 2010). Os dados foram coletados via entrevista com 15 sujeitos de pesquisa. Todos foram escolhidos devido a suas características relacionadas ao estudo. Para tanto se seguiu um padrão “bola de neve”, pois nesse caso, “a escolha dos sujeitos se deve a pessoas indicando outras” (Vergara, 2013, p. 47), considerando que a continuidade das entrevistas se deu até o momento em que os dados coletados mostraram-se repetitivos, sendo então indicado encerrar as abordagens. Cabe pontuar que o presente estudo faz parte de um grande projeto, por isso os trechos selecionados e aqui apresentados limitam-se ao questionamento: se quem cozinha é a Tia Nastácia, por quem o livro é da Dona Benta?

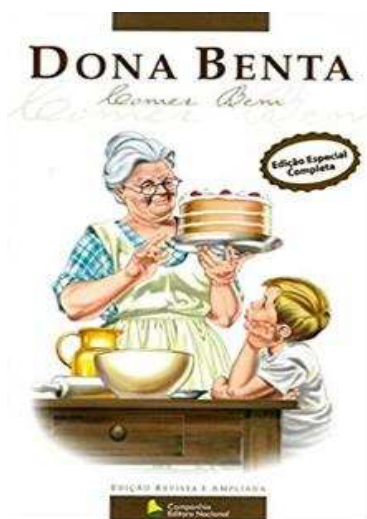


Figura 1 – Livro Dona Benta

Fonte: Disponível em

<<https://www.amazon.com.br/Dona-Benta-Comer-Editora-Nacional/dp/8504018911>>.

Acesso em 19 jun. 2018



Figura 2 – Tia Nastácia cozinhando

Fonte: Disponível em

<<https://globoplay.globo.com/v/1993168/>>.

Acesso em 19 jun. 2018

Isto posto, os dados foram observados à luz da análise do discurso, com o intuito de observar as dimensões silenciadas, explícitas e implícitas, seguindo os pressupostos de Faria (2009). Cabe pontuar que é fundamental “compreender o discurso como uma ação social inseparável dos grupos que o produzem”. Logo, é importante observar como ele pode ser um processo de materialidade das ideologias dominantes ou como um referencial para a manifestação de forças (Pereira & Brito, 2009, p.68).

Análise dos resultados

Os discursos foram divididos em três quadros. O primeiro com o posicionamento das “empregadas domésticas” e das “donas de casa”. O segundo com a fala do grupo de “patroas”. E o terceiro, e último, com a fala dos “patrões”. A análise é feita de forma segmentada, mas a sequência dos discursos retrata o mesmo contexto de segregação e desprestígio.

Quadro 2 – Por que o livro de receitas é da Dona Benta, se quem cozinha é a Tia Nastácia? Discurso das empregadas domésticas e das donas de casa

NOME	DISCURSOS
Bruna (41 anos) Empregada Doméstica	Porque as receitas que a... Que a moreninha fazia, quem escreveu foi a Dona Benta. É... pensando bem eu não sei porque o livro não seria da morena . Eu creio que tem haver pelo fato dela ser morena , você entendeu? Eu acho que tem haver com isso... Se a que cozinhava não fosse morena , aí o livro ia ser no nome dela, mas como ela é escurinha , foi no nome da outra... Então tem um pouco de racismo.
Fernanda (48 anos) Empregada Doméstica	A Dona Benta que é a dona do sítio é loirinha, de olhos verdes, usa umas roupinhas bacanas . E a Tia Nastácia é cozinheira que faz os quitutes e ela é negra. As receitas eram todas da Dona Benta e a Tia Nastácia elaborava, mas como é que eles poderiam exaltar uma pessoa negra, né? Eu acho que por ser da Dona Benta venderia mais o livro , por questão de preconceito. A gente vê pelas novelas mesmo que as negras sempre são as empregadas . É aquela mulher que está na família muitos anos, que ajudou a criar os filhos. Hoje em dia, um ou outro caso que é a mulher branca.
Jussara (51 anos) Empregada Doméstica	Tinha que ser da Tia Nastácia, não era ela quem preparava, que cozinha? Eu acho que livro era da Dona Benta porque é... Ela era a patroa, ela só tinha o livro... Pelo fato dela ser patroa o livro era dela ((silêncio)), mas não... Ah, não sei.
Teresa (38 anos) Empregada Doméstica	A Dona Benta era a branca, a avó. E a Tia Nastácia era a negra, cozinhava muito bem . Agora sobre o livro... É mesmo... Por que o livro é dela? Por que ela é a branca e a Tia Nastácia era negra? Ou por que ela era a patroa e a outra a empregada? Eu não sei... É eu acho que deve ser a relação do patrão com a empregada . Deve ser mais fácil vender o livro da Dona Benta, é preconceito.
Joana (28 anos) Empregada Doméstica	Nossa...É...Porque ela era a patroa, mas não era ela quem cozinhava ((silêncio)) acho que eles achavam que a Dona Benta era mais importante e isso é errado. Porque a empregada também tinha o direito de ter o livro dela . É... Você tem razão nessa pergunta... E como... Serve de alerta para gente saber que isso acontece de verdade. Para o negro é sempre mais difícil... Tem que batalhar mais.
Alice (35 anos) Dona de Casa	É... Pensando bem o livro tinha que ser das duas, né? Acho que pode ter uma questão de racismo, de preconceito... Ou talvez porque a Dona Benta tinha mais conhecimento e foi passando para a Tia Nastácia .
Mônica (69 anos) Dona de Casa	Eu acho que era a Dona Benta que criava as receitas, mas se quem fazia era a Tia Nastácia, o livro tinha que ser até dela de repente , não sei.

Fonte: Dados da pesquisa.

Bruna se nega a dizer “negra”. Apenas nessa passagem ela diz “morena” quatro vezes e ainda fala “escurinha” uma vez. Fica implícito que, de algum modo, a palavra “negra” não lhe deixa confortável. Saindo da questão de denominação, é intrigante notar a rápida mudança na fala de Bruna. Primeiro ela utiliza uma resposta “padrão” e logo em seguida sugere uma possível discriminação racial. Fernanda corrobora com Bruna em dois sentidos: ao definir Dona Benta como “escritora” e ao dizer que se trata também de um tópico de preconceito. Ademais, cabe notar o modo como ela relata que o livro é valorizado e distancia a possibilidade de que ele levasse o nome da Tia Nastácia. Por mais que ela pareça condenar a situação, ela também exalta a personagem que dá vida à patroa, ao dizer “é loirinha, de olhos verdes, usa umas roupinhas bacanas”. O que fica evidente é que, mesmo com a percepção do desprestígio racial, elas parecem apagar a possibilidade de que a personagem negra seja capaz de produzir e descrever suas próprias receitas.

Mônica, Alice, Joana, Tereza e Jussara seguem o mesmo caminho, porém, cada uma acrescenta algo à resposta. Mônica afirma, com certa naturalidade, quem deveria ser a criadora das receitas, mas mostra-se em dúvida após o questionamento. Alice tenta uma espécie de “conciliação”, dizendo que o livro deveria pertencer a ambas. No entanto, deixa subentendido que Dona Benta possuía maiores “conhecimentos”. Esse termo serve, nesse ponto, como uma associação apenas à ideia de escolaridade; logo, desconsidera todas outras possibilidades de aquisição de conhecimentos, como já constatado nos discursos de Bruna e Fernanda. Nesses termos, precisa ser observado que as entrevistas acabam colaborando com o discurso racista, pois buscam encontrar justificativas para a ausência da personagem negra, como o fala “deve ser mais fácil vendo o livro da Dona Benta”.

Joana demonstra um incômodo com a questão e acaba refletindo a questão para outros níveis da vida cotidiana, bem como Jussara. Tereza expõe dois conjuntos de relações como culpados pela questão: a relação entre raças e a relação patronal. Depreende-se que o grupo das empregadas domésticas e o das donas de casa foram unânimes ao considerar o vínculo entre patroa e empregada, e concedeu a posição do livro ao lado “dominante” da relação. Por fim, cabe notar que a fala de Teresa (e a postura corporal assumida durante essa fala na entrevista) apresenta níveis de inquietação, mas também de conformismo.

Quadro 3 – Por que o livro de receitas é da Dona Benta, se quem cozinha é a Tia Nastácia? Discurso das patroas

NOME	DISCURSOS
Flávia (29 anos) Patroa	Tia Nastácia é negra e tá sempre com uma roupa diferenciada pra identificar que ela tá vindo da cozinha. A Dona Benta é um personagem muito mais conhecida que a Tia Nastácia, muito mais, por isso o livro é dela. É... Mas...Estou em dúvida para te responder, mas eu acho que a Tia Nastácia é muito menos conhecida mesmo. Não sei porque eu já nasci com essa questão do livro da Dona Benta, entendeu? Lá em casa tem a coleção Dona Benta... Então... Se você for ver nas novelas a maioria das pessoas é negra. Por exemplo, vamos colocar uma atriz negra que é de referência a Neuza Borges se for colocar historicamente todos os papéis que a Neuza Borges fez, quantos de cozinheira e faxineira que ela fez na vida?E quantos de patroa ela fez? Talvez nenhum. Talvez todos que ela tenha feito praticamente seja de é... Ou de grande maioria seja de faxineira ou cozinheira.
Juliana (69 anos) Patroa	Eu diria que pra mim não valoriza mais... Agora, eu não posso falar pelo senso comum , porque realmente hoje o racismo é uma realidade no nosso meio, nós temos ainda uma caminhada muito longa com essa questão do racismo. E pode ser que o fato da Dona Benta ser branca, a vovozinha amada e querida, venda mais do que se fosse a Dona Anastácia, a negra, gorda, com seu avental sujo de ovo. Mas pra mim não, não faria diferença.

<p>Luiza (36 anos) Patroa</p>	<p>A Dona Benta é a dona da casa, quem dava as ordens e tudo... E a Tia Nastácia era a cozinheira, a escrava, né? ((risos))Eu acho que existe uma cultura de achar que as pessoas que estão no serviço da casa, são os escravos da casa. Existe preconceito. Eu acho que... Existe, sim, um preconceito com os negros ainda. Você vê que um negro às vezes tem que se esforça muito mais para avançar do que um branco, mas existe também até uma questão demográfica... Existem mais negros do que brancos. Então... É...Como se diz... Existem muito mais negros dispostos a fazer esses serviços do que brancos. Existem brancos também, mas a proporção é menor. Isso tem a ver com uma questão de necessidade, com um histórico onde o negro sempre está na população mais pobre e por isso ele aceita ser o lava prato, o lava chão. Ai quando você passa para os EUA é o branco fazendo o serviço deles lá... E lá o negro não faz isso. Então isso é uma coisa cultural e que ainda, talvez, esteja enraizada na cultura do Brasil. ((risos)) Aí existe um ponto interessante. Existe o braçal, isso em qualquer profissão... Existe a pessoa que faz a coisa estrategicamente e existe a pessoa que apenas executa. Vou te dar o exemplo da menina, a empregada... Se eu simplesmente coloco a receita na frente dela, às vezes ele não sabe nem por onde começar... Porque falta organização, faltam as medidas... Às vezes ela não sabe que o ‘um’ é litro? Sabe? Ela não tem muita noção de proporção no escrito. Ela aprendeu fazendo. Então a explicação que eu vejo é que a Dona Benta era quem fazia as receitas, tinha as receitas, ensinava de boca para a Tia Nastácia e ela fazia, ela executava o que a outra mandava. Isso também pode ser uma questão de marketing tentando elitizar o negócio. Mas eu acho que a gente tem que saber que existem pessoas extremamente capacitadas e outras não, então... São só suposições. Mas eu acho que a história das duas retratava também uma época.</p>
<p>Isadora (54 anos) Patroa</p>	<p>A Dona Benta é aquela avó amada que gosta de cozinhar e tem sempre os netos por perto. E a Tia Nastácia seria a ajudante dela, mas ai uma condição de que ela não tem estudo. Eu tenho o livro da Dona Benta e imagino que as receitas eram dadas pela Benta, por ela ter mais cultura. Eu acho que o nome foi colado porque ela era a dona das receitas.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Flávia é muito direta em sua resposta e não pensa duas vezes para dizer que o livro é da Dona Benta, porque ela é a personagem mais conhecida (em sua opinião). Em complemento à fala de Fernanda, ela faz menção aos trajés e à posição que a mulher negra possui nesse contexto. Ela percebe a naturalização das práticas, mas ao mesmo tempo não apresenta grandes questionamentos, o que possibilita depreender níveis de aceitação e legitimação do contexto. Ela tenta “recuar”, mas se aproxima do discurso racista.

Juliana tenta se colocar distante do debate, deixando implícito que “o senso comum” tende a valorizar mais o produto, pois a sociedade de modo geral é racista, por mais que não admita. Todavia, a própria Juliana parece querer estabelecer parâmetros de distanciam as duas personagens, ao dizer que uma é “branca, vovozinha amada e querida” e a outra é “a negra, gorda, com seu avental sujo de ovo”. Fica refratado que haveria certas razões para a desqualificação de uma frente à outra, porém, ela não as defende explicitamente. Falas que se assemelham ao posicionamento de Flávia, mas adiciona itens de diferenciação.

Já Luiza, talvez sem notar, acabar se reconhecendo no papel da patroa em dois momentos. Ela acaba dizendo que há dois tipos de pessoas, as que pensam “estrategicamente” e os que “apenas executam”. É possível dizer que ela se reconhece como membro do primeiro grupo, pois fornece o exemplo da relação entre ela e a empregada. Fica explícito que deve existir alguém que mostre as diretrizes e outro que siga sem grandes questionamentos. Ela traça um paralelo com o contexto dos EUA, como se buscasse justificativas ou tentasse demonstrar situações opostas. Luiza reforça uma ideologia classista e racista ao afirmar que os negros são a maioria entre os empregados, pelo simples fato de ser a maior parcela da população. É no mínimo questionável essa afirmação, pois se os negros são a maioria, porque eles servem a

minoria? É como uma equação que não se fecha. Por fim, chama fica evidenciado no discurso o trecho “existem muito mais negros dispostos a fazer esses serviços do que brancos”. Por mais que tente adotar o discurso do politicamente correto, Flávia enuncia um posicionamento que silencia que tal “disposição” é um reflexo da falta de oportunidades e da desvantagem competitiva em termos de emprego, já que os brancos exercem seus ditos privilégios de raça nos ambientes públicos e privados.

Por fim, Isadora também traça distinções entre as personagens e acaba expondo que a Dona Benta tinha mais cultura. Outra vez, há associação de “cultura” a nível educacional, deixando encoberta um emaranhado de possibilidades de adquirir “conhecimento”. De um modo geral, as patroas se viram no lugar da personagem a que se assemelham, bem como tentaram se desvincular de qualquer discurso escravagista, mesmo quando o exaltavam. Porém, foram estabelecidos os critérios que sustentariam a valorização de uma das personagens da obra, além da apresentação das justificativas para o não uso da personagem negra diante da branca.

Quadro 4 – Por que o livro de receitas é da Dona Benta, se quem cozinha é a Tia Nastácia? Discurso dos patrões

NOME	DISCURSOS
Henrique (48 anos) Patrão	A Dona Benta é bem o que eu falei sobre esteio da família e a o lugar-tenente dela que é a Tia Nastácia . Ela é uma pessoa amada, querida, inteligente, hábil na condução da família e vindo como uma pessoa de apoio às ideias e as premissas da Dona Benta. Agora, o livro ser da Benta eu acho que é muito mais uma questão de marketing , do que qualquer outra coisa. Porque normalmente você atribui ao seu produto algo que faça com que seu público-alvo, se reconheça naquele produto . E no caso de produtos de alimentação, o seu público alvo vai ser o comprador. A Dona Benta é quem vai comprar e a Tia Nastácia vai cozinhar . Eu acho que o produto fica mais valorizado com a Benta, as escolas de marketing deixam isso muito claro . Ao conseguir comunicar melhor o seu produto para um público-alvo, o seu produto é mais valorizado . Então se você quer que as donas das casas comprem aquele produto, indicam... ‘Olha, Dona Benta, seu par((risos)) foi quem desenvolveu esse produto’ . Mas uma vez, não tem nada haver com a cor , o fato de a Tia Nastácia ser pre... Negra é... É muito mais pelo apelo que você quer atingir do outro lado . (Henrique)
Lucas (42 anos) Patrão	Primeiro, a Tia Nastácia não devia nem saber escrever . Eu não vejo tanto problema o livro ser da Dona Benta. Os grandes chefs, por exemplo, não cozinham... Cozinham só uma vez . Então eu acho que as receitas eram da Benta , de várias gerações, e ela só passava para a Nastácia. A Tia Nastácia é a que está sempre na cozinha, não lembro dela saindo da cozinha para dar um palpite , eu lembro que ela dava uns palpites, mas não sei se era fora da cozinha... Não sei se ela saía daquele espaço . Já a Dona Benta é a dona da casa. Ela é uma dona de casa que não trabalha e aí ela dá as ordens mais diretamente... Ela é a Sinhá . Sabe... Eu vejo que aqui em Minas ainda tem muito preconceito do tipo “eu não quero que essa negra faça a minha comida” . Por exemplo, pai de dois amigos tinha duas empregadas, quase escravas, elas passavam a roupa e tinham um ferro separado .
Fernando (61 anos) Patrão	Uai... Porque a Nastácia não tinha cultura pra escrever um livro , uai. E a importância também de quem que era? Da Nastácia ou da Benta?... Da Benta . A questão não é que o livro fica mais valorizado, mas assim... Existia entre aquelas duas uma simbiose , quando você batia o olho na Zilka Salaberry , que era a Dona Benta, e na... O nome da preta eu não vou lembrar , mas assim... Existia uma proximidade, não tinha aquela relação de patrão e empregado... Senzalesco , não. A dona Benta é aquele estilo de avó... Meio matriarca, sábia... Que sabia lidar com os empregados e com os netos numa boa e era uma mulher criativa . Ela e Nastácia tinham uma convivência bacana. A Nastácia era criativa, mas era o estilo doméstica mesmo... Mas era uma mulher sábia .
Jorge (48 anos) Patrão	A Tia Nastácia é aquela preta velha, né? Aquela que na fazenda, eu que tive fazenda, era aquela que tava lá e ela é uma figura que me influenciou muito, inclusive . Na nossa fazenda tinha a Tia Nastácia e ela era uma pessoa que sempre cozinhou e que tinha um sorriso imenso na cara e que era exatamente essa personificação do cozinhar por amor . Apesar daquele

<p>papel dela aqui, você percebia que tudo que ela fazia era com amor. E a dona benta é a avó, né? Já entra a questão da administração de casa, da dona de casa e é uma coisa que já é um pouco passado já. Acho que o Sítio do Picapau Amarelo já não encaixa muito mais no mundo moderno não ((risos)). O livro não é da Nastácia por preconceito. Igual, por exemplo, quando você vai pra Araxá, os livros de receita que vendem lá, sempre quem assina é a dona da casa, mas quem sabe cozinhar é a pessoa que está lá na cozinha ((risos)). É isso, é preconceito puro, mas assim... Eu acho que tem uma mudança grande hoje. Eu acho que tem um caminho trilhado e as pessoas estão se abrindo cada vez mais e percebendo que as coisas não funcionam muito bem dessa forma. Eu, por exemplo, te afirmo que os meus melhores amigos... Eu sou branco, e meus melhores amigos são negros, são pessoas que assim... Inclusão total, são pessoas de viajar junto, de estar dentro da minha casa o tempo inteiro, de, de...Eu acho que o mundo está mudando em relação a isso tudo, mas ainda existe muito preconceito e eu sinto isso, as vezes, com os meus amigos. (Jorge)</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Abrindo a fala dos patrões, Henrique sugere uma explicação diferente dos demais. Além de afirmar com todas as letras que é uma questão mercadológica, tece uma argumentação que acaba atestando algo que ele não quer admitir. Ao dizer que Tia Nastácia é o lugar-tenente e a Dona Benta é o esteio da família, quem “gerencia” a residência, choca-se diretamente com um discurso burguês. Segundo ele, a valorização do produto não está diretamente vinculada à posição de uma personagem branca, mas à condição que ela possui de ser patroa, isto é, ela pode ser vista como “par” por quem adquire o produto. Nota-se que ele confirma a tentativa de valorização, mas silencia o debate racial.

Lucas também apresenta um discurso contraditório. Além de se assemelhar a fala de algumas patroas, que atribuíram à Tia Nastácia um baixo nível educacional, ele tenta dizer que não há uma dimensão racial envolvida. No entanto, ele acaba pontuando um cenário de segregação ao lembrar que a personagem normalmente estava reclusa ao ambiente da cozinha, e ao dizer que a Dona Benta é a “Sinhá”, ele acaba confirmando que tudo se passa em contexto escravagista e a distinção entre os indivíduos torna-se evidente.

A fala de Fernando é carregada de preconceitos, mas ele tenta ocultá-los, como quando disse que as personagens tinham algo como uma “simbiose” e isso assegurava uma boa relação. Entretanto, volta a associar a “cultura” a um nível de escolaridade e diminui qualquer outro tipo de conhecimento. Recorda o nome da atriz branca e não se recorda do nome da atriz negra, ficando claros os motivos, pois ele mesmo diz “e a importância de quem era?”. O estilo senzalesco que ele nega, mas fica evidente em sua fala, é ainda mais nítido no discurso de Jorge. Ele deixa refletido que já vivenciou aquele contexto na fazenda e que inclusive já teve a “sua” Tia Nastácia. Trazer o personagem da literatura e da televisão para a vida real exige não só uma associação física, mas a recupera de um contexto de relações. Não seria leviano dizer que se nota o saudosismo como tema nesse enunciado. Para amenizar a discussão, Jorge lança mão de um velho recurso para tentar demonstrar empatia frente a um grupo discriminado, e diz que mesmo ele sendo branco, a maioria de seus amigos é negro e há uma “inclusão total”. Para finalizar o debate, Jorge pontua que há de fato um interesse em associar a autoria de um livro ao grupo específico, quando afirma que existe uma semelhança entre a questão aqui levantada e situação vivida na cidade de Araxá – MG.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo analisar como um grupo de sujeitos problematiza e constrói uma argumentação para responder a questão “se quem cozinha é a Tia Nastácia, por que o livro é da Dona Benta?”. Foi possível identificar uma variedade considerável de justificativas, resvalando em respostas do senso comum e algumas com maior rigor de elaboração. Deve ser registrado que o grupo de empregadas domésticas e das donas de casa visualizam o ponto que está sendo questionado, mas legitimam as razões que atribuem o livro a Dona Benta. O mesmo acontece com o grupo de patrões e patroas. Todavia, aqui nota-se um posicionamento favorável, tentando passar uma imagem politicamente correta, mas nitidamente assumindo uma posição de privilégio.

Como contribuição do estudo é possível mencionar: a) o esforço em fortalecer as investigações que privilegiam a problematização de questões sociais contemporâneas, a partir do questionamento sobre algo que é tão naturalizado, como os papéis sociais diante do fator racial; b) a provocação aos entrevistados em busca das “razões” pela escolha da personagem capa do livro, o que acabou revelando discursos utilitaristas, politicamente corretos e também de inquietação; c) reforçar a necessidade de tais debates no âmbito dos Estudos Organizacionais, assumindo a esfera doméstica como um campo de relações que muitas vezes silencia os discursos de segregação a partir de falas como “como se fosse da família”; d) além, é claro, de fortalecer a ideia de que a “raça” se sobrepõe ao “gênero” como marcador de diferença, não sendo mais aceitável suavizar os debates.

Cabe também pontuar algumas possíveis limitações do estudo: a) a análise do discurso sempre pode ser explorada de novas formas, chegando a dimensões mais complexas; e b) também é possível um maior aprofundamento no que se refere à construção das personagens, o que demandaria um estudo temporal. Entendemos que tanto as contribuições quanto as limitações fortalecem o campo de estudos, já que o presente trabalho não pode ser tomado como algo definitivo. Logo, sugerimos como agenda de pesquisa: a) aprofundar a problematização a partir do discurso mercadológico, como referido em trechos das entrevistas; b) ampliar o estudo para novos públicos ou mesmo reforçando a investigação com novos sujeitos dos mesmos grupos (donas de casa, empregadas e patrões); c) em novas investigações, utilizar a capa do livro e uma imagem da Tia Nastácia em suas tarefas na cozinha, criando novas possibilidades de discursos a partir da técnica de fotoelicitação.

Referências

- Apple, M. W. (2001). Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. *Revista Brasileira de Educação*, 16, 61-67.
- Barbosa, L. (2012). Os donos e as donas da cozinha. In: M. E. Freitas & M. Dantas (Orgs.). *Diversidade sexual e trabalho* (pp 171-201). São Paulo: Cengage Learning.
- Bernardino, J. (2002). Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(2), 247-273.
- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico* (16a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133.
- Conceição, E. B. (2009). A negação da raça nos estudos organizacionais. In: *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXIII.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Cury, C. R. J. (2005). Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, 35(124), 11-32.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Faria, A. A. M. F. (2009). Aspectos de um discurso empresarial. In: A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, T. D. Pimentel, & P. A. G. Souza-Ricardo (Org.). *Análise do discurso em estudos organizacionais* (pp. 45-52). Curitiba: Juruá.
- Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* (48a ed.). Recife: Global.
- Hall, S. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Neves, M. A. (2013). Anotações sobre trabalho e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 404-421.
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pena, F. G. & Saraiva, L. A. S. (2017). Territórios da cozinha sob a ótica de empregadas domésticas. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(n.spe.), 91-106.
- Pereira, M. C. & Brito, M. J. (2009). A análise do discurso como prática e processo de produção de sentidos: proposta teórico-metodológica. In: A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, T. D. Pimentel, & P. A. G. Souza-Ricardo (Org.). *Análise do discurso em estudos organizacionais* (pp. 53-78). Curitiba: Juruá.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Ribeiro, L. M. B. B. & Hanashiro, D. M. M. (2016). Gênero e marxismo: a abordagem das relações sociais entre os sexos. In: A. P. Carrieri, J. C. Teixeira, & M. C. R. Nascimento (Orgs.) *Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais* (pp. 95-127). Salvador: EDUFBA, 2016.
- Rosa, A. R. (2014). Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(3), 240-260.

Roso, A., Strey, M. N., Guareschi, P., & Bueno, S. M. N. (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 14(2), 74-94.

Sales, R. (2006). Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 18(2), 229-258.

Sansone, L. (1996). Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, 18(2), 165-187.

Souza, J. (2005). Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova*, 65, 43-69.

Teixeira, J. C. (2015). *As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas*. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Vergara, S. C. (2013). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (14a ed.). São Paulo: Atlas.

Notas

ⁱReforça-se, conforme Bernardino (2002, p. 256), que a construção do Brasil enquanto nação foi baseada no mito da democracia racial, considerando que grande parte da sociedade acredita piamente de que vivemos em um “país de todos”, onde a discriminação racial não aconteceu como nos EUA ou na África. Porém, o processo de marginalização do negro no Brasil não esconde suas marcas, mesmo que o preconceito se manifeste entre linhas: “a recusa de reconhecer a realidade da categoria raça, tanto num sentido analítico quanto de intervenção pública, fez do regime de relações raciais brasileiro um dos mais nefastos e estáveis do mundo ocidental”.

ⁱⁱ Novamente fazendo um paralelo sobre relações raciais e a falsa noção de igualdade, torna-se importante refletir sobre um ponto de análise trazido por Bernardino (2002). O autor recupera a fala do presidente americano Lyndon Johnson, responsável pela adoção das ações afirmativas nos Estados Unidos. Na ocasião, ele pontua que “você não pega uma pessoa que por anos esteve preso por correntes e a liberta, trazendo-a ao ponto de partida de uma corrida e, então, diz: ‘você está livre para competir com todos os outros’, e continua acreditando que foi completamente justo” (Bernardino, 2002, p. 270).

ⁱⁱⁱ A autora destaca que são afirmações positivas, mas não devem ser vistas como estanques e universais, pois estão sujeitos a uma gama de significados e interpretações.